

## Sumário

Prefácio.....	xxix
<b>Capítulo I – Caracterização da Lei nº 7.347/85 .....</b>	<b>1</b>
1. Natureza da Lei .....	1
2. Terminologia da Ação .....	2
3. Outros dados da Ementa .....	3
4. Breve Histórico das Ações Coletivas.....	4
<b>Capítulo II – Os Bens Tutelados .....</b>	<b>7</b>
1. Disciplina Normativa .....	7
2. Legislação Complementar .....	10
3. Admissibilidade Concomitante da Ação Popular .....	12
4. Responsabilidade por Danos .....	13
Responsabilidade .....	13
Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	15
Danos morais e patrimoniais .....	16
5. Os Bens Protegidos .....	19
6. O Meio Ambiente (inciso I) .....	19
O direito material na Constituição .....	19
Legislação infraconstitucional .....	20
Competências constitucionais .....	22
Conflitos internormativos .....	23
Instrumentos de tutela .....	24
7. Direitos do Consumidor .....	24
Previsão constitucional .....	24
Legislação infraconstitucional .....	25
Direitos coletivos e individuais dos consumidores .....	26
Confronto normativo no tempo .....	27
8. Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico (inciso III) .....	28
Tutela constitucional .....	28
Competência constitucional .....	29
Valores específicos tutelados .....	29
Questionamentos sobre a proteção do patrimônio público e social .....	30
9. Outros Interesses Coletivos ou Difusos (inciso IV) .....	32
A introdução do inciso IV na Lei .....	32
Direitos e interesses .....	32
Interesses difusos e coletivos .....	33
Interesses individuais homogêneos .....	35

10. Infração da Ordem Econômica e da Economia Popular (inciso V) ..	40
11. Ordem Urbanística .....	42
12. Descabimento .....	43
<b>Capítulo III – Foro da Ação .....</b>	<b>45</b>
1. Ações Previstas .....	45
2. Foro das Ações .....	46
3. Ocorrência de Dano .....	47
4. Sujeitos com Foro Normal Privilegiado .....	48
Foro especial .....	48
Foro da União .....	48
Recurso .....	53
5. Comarcas com Justiça Estadual e Federal .....	53
6. Modificações da Competência .....	54
Aspectos gerais .....	54
Conexão e continência .....	54
Prevenção .....	56
Prevenção na ação civil pública .....	57
Conexão na mesma comarca .....	60
Causas em comarcas diversas .....	61
Causas em Estados diversos .....	63
Causas na Justiça federal e na Justiça estadual .....	64
Imóveis .....	65
Aspectos especiais .....	66
A continência: partes formalmente diversas .....	67
7. Ação Civil Pública e Ação Popular .....	68
8. Litígio entre Estados .....	71
9. Ações Relativas a Direitos do Consumidor .....	72
10. Competência no Estatuto da Criança .....	76
11. Competência Funcional .....	77
12. Competência da Justiça do Trabalho .....	78
<b>Capítulo IV – Objeto da Ação .....</b>	<b>81</b>
1. O Objeto da Ação no Direito Processual .....	81
2. Objeto da Ação Civil Pública .....	82
3. Condenação em Dinheiro .....	83
4. Obrigação de Fazer ou Não Fazer .....	83
Natureza da ação .....	83
Conteúdo das obrigações .....	85
Cominação de multa .....	87
5. Obrigação de Suportar .....	88
6. Objeto de Caráter Constitutivo .....	88
Objeto geral .....	88
Ampliação do objeto: invalidação de cláusulas abusivas .....	89

Nova ampliação: defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa .....	91
Limitações do objeto constitutivo .....	92
A natureza da norma .....	93
7. Objeto Cumulativo .....	93
8. Objeto Juridicamente Impossível .....	95
Ingerência genérica na Administração Pública .....	95
Objeto criador de direito material .....	101
9. Inconstitucionalidade Incidental .....	103
Leis e atos normativos .....	103
Leis e atos concretos .....	110
10. Ação de Improbidade Administrativa .....	111
<b>Capítulo V – Tutela Preventiva .....</b>	<b>119</b>
1. Ação Cautelar .....	119
Tutela preventiva .....	119
A prevenção na Constituição .....	120
Características da tutela preventiva .....	120
2. Prevenção para os Fins da Lei nº 7.347/85 .....	121
3. Pressupostos da Tutela Preventiva .....	122
Os pressupostos .....	122
A matéria no Código de Processo Civil .....	123
4. Incidência Normativa .....	123
5. Interesses sob Tutela Preventiva .....	124
O advérbio "inclusive" .....	124
Bens sob tutela preventiva .....	124
6. A Menção ao Veto .....	125
7. Medida Cautelar .....	125
8. Cautela Satisfativa .....	127
9. Tutela Antecipatória .....	130
Pedido condenatório .....	131
Pedido constitutivo .....	133
<b>Capítulo VI – Legitimidade para a Causa .....</b>	<b>135</b>
1. Condições da Ação .....	135
2. Legitimação Ordinária e Extraordinária .....	136
3. Outras Formas de Legitimação .....	137
Legitimidade ativa e passiva .....	137
Legitimidade privativa e concorrente .....	137
Legitimidade originária e superveniente .....	137
Legitimidade condicionada e incondicionada .....	137
4. Legitimação do Ministério Público .....	137
Quadro normativo .....	137
Interesses sob tutela .....	139

Interesses individuais homogêneos .....	140
Mensalidades escolares .....	147
A solução jurídica da questão .....	149
Natureza da legitimação .....	156
Legitimação prioritária do Ministério Público .....	158
5. Pessoas Federativas .....	159
Distrito Federal .....	160
Territórios .....	161
6. Administração Indireta e Fundacional .....	162
Fundações .....	163
Natureza da legitimação .....	165
7. Associações Legitimadas .....	165
Associações .....	165
Legitimação das associações .....	167
Natureza da legitimação .....	168
8. Órgãos Despersonalizados .....	171
9. Partidos Políticos .....	172
10. Legitimação no Estatuto do Idoso .....	173
11. Legitimação Passiva .....	175
<b>Capítulo VII – O Ministério Público como Fiscal da Lei .....</b>	<b>179</b>
1. Atuações do Ministério Público .....	179
Formas de atuação .....	179
Atuação no Código de Processo Civil .....	180
2. Atuação na Ação Civil Pública .....	181
Obrigatoriedade .....	181
Indisponibilidade dos interesses .....	183
A atuação fiscalizadora .....	184
Duplicidade de órgãos .....	185
Independência funcional .....	187
Legitimidade recursal .....	188
<b>Capítulo VIII – Litisconsórcio .....</b>	<b>189</b>
1. Litisconsórcio .....	189
Sentido .....	189
Litisconsórcio necessário e facultativo .....	190
Litisconsórcio unitário .....	190
2. Litisconsórcio na Ação Civil Pública .....	191
Natureza jurídica .....	191
Poder público e outras associações .....	192
3. Conexão .....	193
4. Litispendência .....	194
Considerações gerais .....	194
Litispendência na ação civil pública .....	195

Ação civil pública e ações individuais .....	196
Ação civil pública e ação popular .....	197
5. O Ministério Público: Alternativa de Atuação .....	198
6. Litisconsórcio Passivo .....	198
7. Prazo .....	202
8. Assistência .....	204
<b>Capítulo IX – Desistência ou Abandono da Ação .....</b>	<b>207</b>
1. Desistência da Ação .....	207
2. Abandono da Ação .....	208
3. A Substituição Processual Superveniente .....	209
Sentido, natureza e fundamento .....	209
Condições para a substituição .....	210
4. O Ministério Público .....	211
5. Obrigatoriedade ou Faculdade? .....	212
Redação antiga e nova .....	212
Substituição na ação popular .....	212
O verbo “assumirá” .....	213
A alteração legislativa .....	215
6. Efeito da Substituição .....	216
<b>Capítulo X – Requisito da Pré-Constituição .....</b>	<b>217</b>
1. Requisito da Pré-Constituição .....	217
Pertinência objetiva .....	219
2. Manifesto Interesse Social .....	220
3. Dimensão do Dano .....	222
4. Característica do Dano .....	223
5. Relevância do Bem Jurídico Protegido .....	224
<b>Capítulo XI – Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....</b>	<b>225</b>
1. Considerações Preliminares .....	225
2. Autonomia dos Ministérios Públicos .....	226
3. Campo de Atuação dos Ministérios Públicos .....	227
4. Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....	228
5. Competência de Foro .....	231
6. Foro do Litisconsórcio .....	232
7. Natureza do Litisconsórcio .....	234
<b>Capítulo XII – Compromisso de Ajustamento de Conduta .....</b>	<b>235</b>
1. Considerações Preliminares .....	235
2. Órgãos Públicos .....	235
Sentido jurídico próprio .....	235
Sentido no texto .....	236
3. O Compromisso de Ajustamento de Conduta .....	237

Conceito e natureza jurídica .....	237
Formalização .....	238
Requisitos de validade .....	239
Participantes no compromisso .....	240
Modalidades .....	241
Atuação do Ministério Público .....	242
Vedação de concessões .....	244
4. As Cominações .....	244
5. Título Executivo Extrajudicial .....	245
Título executivo .....	245
Título executivo judicial e extrajudicial .....	246
O compromisso como título executivo extrajudicial .....	247
6. Compromisso de Ajustamento e Ação Civil Pública .....	248
Compromisso firmado antes da ação .....	248
Compromisso firmado no curso da ação .....	251
7. Execução do Título de Compromisso .....	254
<b>Capítulo XIII – Representação ao Ministério Público .....</b>	<b>257</b>
1. A Representação .....	257
Sentido .....	257
Natureza .....	258
Formalização .....	258
2. A Representação ao Ministério Público .....	259
3. Faculdade e Dever de Representar .....	260
4. Objeto da Representação .....	262
<b>Capítulo XIV – Informações do Judiciário .....</b>	<b>265</b>
1. Considerações Preliminares .....	265
2. Juizes e Tribunais .....	265
3. Exercício das Funções .....	266
4. Natureza da Recomendação .....	268
5. Os Fatos Informados .....	268
6. Providências do Ministério Público .....	269
<b>Capítulo XV – Instrução da Petição Inicial .....</b>	<b>271</b>
1. A Petição Inicial .....	271
2. Instrução da Inicial .....	273
3. Instrução Inicial na Ação Civil Pública .....	274
4. O Requerimento do Interessado .....	276
5. Autoridades Competentes .....	277
6. Certidões e Informações .....	278
Certidões .....	278
Informações .....	279
7. Prazo para Certidões e Informações .....	280

<b>Capítulo XVI – Inquérito Civil</b> .....	281
1. Instrução pelo Ministério Público .....	281
2. O Inquérito Civil .....	281
Considerações preliminares .....	281
Natureza jurídica .....	282
Objeto .....	284
Caráter inquisitório .....	285
Procedimento no inquérito .....	286
Desfecho do inquérito .....	288
Duplicidade de inquéritos .....	288
Presidência do inquérito .....	289
Atribuição .....	290
3. Requisição de Provas pelo Ministério Público .....	294
Requisição .....	294
Natureza jurídica .....	294
Objeto da requisição .....	295
Prazo de atendimento .....	296
Desobediência à requisição .....	297
<b>Capítulo XVII – Casos de Sigilo</b> .....	299
1. A Garantia do Sigilo .....	299
2. Motivação da Recusa .....	300
3. Efeito da Hipótese de Sigilo Legal .....	301
4. A Requisição do Juiz .....	302
5. A Requisição do Ministério Público .....	303
6. Sigilo Bancário .....	306
<b>Capítulo XVIII – Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil</b> .....	309
1. Inexistência de Fundamento para a Ação .....	309
2. O Convencimento da Falta de Fundamento .....	310
3. Esgotamento das Diligências .....	311
4. A Promoção do Arquivamento .....	313
5. Arquivamento de Natureza Institucional e Arquivamento Administrativo .....	314
6. Inquérito Civil e Peças Informativas .....	315
7. A Fundamentação .....	316
<b>Capítulo XIX – Remessa ao Conselho Superior</b> .....	319
1. Autos do Inquérito ou das Peças Informativas .....	319
2. A Remessa ao Conselho Superior .....	320
3. O Prazo .....	320
4. A Infração Funcional .....	321
Responsabilidade administrativa .....	321
Sujeito ativo da falta .....	322

5. Falta Grave .....	322
6. Conselho Superior .....	324
<b>Capítulo XX – Razões e Documentos Após o Arquivamento .....</b>	<b>325</b>
1. Escopo do Dispositivo .....	325
2. Razões Escritas e Documentos .....	326
3. Legitimação .....	327
4. Oportunidade da Apresentação .....	328
5. Juntada a Anexação de Dados .....	329
6. Homologação e Rejeição pelo Conselho .....	331
<b>Capítulo XXI – Exame e Deliberação do Conselho .....</b>	<b>335</b>
1. Exame da Promoção de Arquivamento .....	335
2. As Duas Faces do Exame .....	336
3. Deliberação do Conselho .....	337
4. O Conselho Superior do Ministério Público .....	338
5. As Disposições do Regimento .....	339
<b>Capítulo XXII – Designação de Outro Órgão .....</b>	<b>343</b>
1. A Falta de Homologação .....	343
2. Diferença entre Não Homologar e Rejeitar .....	343
3. Efeitos da Não-Homologação .....	344
4. A Designação de Outro Órgão .....	345
A designação .....	345
Legislação institucional anterior .....	346
A Lei nº 7.347/85 .....	347
A lei orgânica vigente .....	347
Efeito da norma nova .....	348
5. O Órgão Designado .....	348
<b>Capítulo XXIII – Recusa, Retardamento e Omissão de Dados Técnicos ..</b>	<b>351</b>
1. O Poder Requisitório do Ministério Público .....	351
2. As Condutas Típicas .....	352
3. Dados Técnicos .....	353
4. Indispensabilidade dos Dados para a Ação .....	354
5. Perfil Jurídico do Crime .....	356
Sujeito ativo .....	356
Sujeito passivo .....	356
Objeto do crime .....	357
Elementos do tipo .....	357
Dolo .....	358
Crime omissivo .....	358
Ação penal .....	360

6. As Penas .....	360
7. A Pena de Multa .....	361
<b>Capítulo XXIV – Cumprimento da Obrigação de Fazer ou Não Fazer .....</b>	<b>365</b>
1. Obrigação de Fazer ou Não Fazer .....	365
2. A Determinação na Sentença .....	366
3. A Prestação e a Cessação .....	366
4. Execução Específica .....	368
5. Cominação de Multa .....	370
A questão do cumprimento das obrigações .....	370
Aplicação das <i>astreintes</i> .....	371
Opção judicial .....	372
Multa suficiente ou compatível .....	373
6. Desnecessidade de Requerimento para a Cominação da Multa .....	373
<b>Capítulo XXV – Mandado Liminar .....</b>	<b>377</b>
1. Tutela Preventiva .....	377
2. Mandado Liminar .....	377
Sentido da expressão .....	377
Onde é concedido o mandado .....	378
Atos do poder público .....	379
3. Faculdade Judicial .....	380
4. Justificação Prévia .....	382
Sentido da lei .....	382
Elementos da justificação .....	382
Pessoas de direito público .....	383
5. Recursos .....	385
6. Revogação da Liminar .....	386
<b>Capítulo XXVI – Suspensão da Execução da Liminar .....</b>	<b>389</b>
1. A Derrogação do Dispositivo .....	389
2. O Requerimento de Suspensão .....	390
Direito positivo .....	390
Natureza jurídica .....	390
3. Legitimação para o Pedido .....	391
4. Objetivo do Requerimento .....	394
5. Pressupostos de Admissibilidade .....	396
Ação movida contra o poder público ou seus agentes .....	396
Manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade .....	397
6. Órgão Julgador .....	397
7. Fundamentação da Decisão .....	398
8. Intervenção do Ministério Público .....	399
9. O Recurso .....	401

<b>Capítulo XXVII – Multa Liminar. Débito e Exigibilidade</b> .....	405
1. Cominação Liminar da Multa .....	405
2. Termo Inicial do Débito .....	406
3. Exigibilidade da Multa .....	407
4. Trânsito em Julgado .....	408
<b>Capítulo XXVIII – Fundo de Reparação</b> .....	411
1. Condenação em Dinheiro .....	411
Condenação à indenização .....	411
Condenação à pena de multa .....	412
Outras fontes .....	412
2. Fundos Públicos .....	413
Natureza jurídica .....	413
Controle e fontes .....	413
Afetação .....	414
3. O Fundo de Reconstituição de Bens Lesados .....	415
Motivo inspirador .....	415
Elementos característicos .....	415
Outras referências ao fundo .....	416
Nomenclatura do fundo .....	416
4. Os Conselhos Gestores .....	417
5. Finalidade .....	418
6. A Regulamentação .....	419
7. Ação Civil Pública de Caráter Constitutivo .....	419
<b>Capítulo XXIX – A Espera da Regulamentação</b> .....	423
1. Natureza da Norma .....	423
2. Conteúdo da Norma .....	423
<b>Capítulo XXX – Efeito dos Recursos</b> .....	425
1. O Recurso como Instrumento Processual .....	425
Sentido e natureza jurídica .....	425
Pressupostos de admissibilidade .....	426
Efeitos .....	426
2. A Fonte dos Efeitos do Recurso .....	427
3. A Definição Judicial do Efeito Suspensivo .....	428
4. Dano Irreparável .....	430
5. Declaração Judicial Ante o Recurso .....	431
6. Renúncia e Desistência do Recurso .....	432
7. Efeito do Recurso e Execução .....	433
8. Suspensão da Execução da Sentença .....	434
9. Legitimação Recursal .....	435
Recursos das partes .....	435

Recurso do Ministério Público .....	435
Recurso de terceiro prejudicado .....	436
10. Prazo Recursal .....	437
<b>Capítulo XXXI – Execução do Julgado .....</b>	<b>439</b>
1. Introdução .....	439
2. Execução .....	439
Natureza jurídica .....	439
Pressupostos .....	440
Pretensão executiva .....	441
Espécies .....	441
3. Execução Condicional e Incondicionada .....	442
4. A Legitimação Executória .....	442
Noções gerais .....	442
Legitimação executória na lei .....	443
O Ministério Público .....	444
5. Execução Definitiva e Provisória .....	446
<b>Capítulo XXXII – Coisa Julgada .....</b>	<b>449</b>
1. Introdução .....	449
2. Coisa Julgada .....	449
3. Limites da Coisa Julgada .....	451
4. Coisa Julgada <i>Erga Omnes</i> .....	452
5. Precedente: Ação Popular .....	453
6. Deficiência e Insuficiência da Prova .....	454
7. Modalidades de Decisão .....	455
8. Efeitos das Decisões .....	456
9. Ações Coletivas e Individuais .....	457
10. A Nova Prova .....	459
11. Regime Jurídico da Coisa Julgada no Código de Defesa do Consumidor .....	460
Incidência normativa .....	460
Coisa julgada e ações de indenização .....	461
Coisa julgada e interesses sob tutela .....	462
Litispendência .....	462
12. Conexão de Ação Civil Pública e Ação Popular .....	464
13. A Questão da Inconstitucionalidade do Art. 16 .....	465
<b>Capítulo XXXIII – Litigância de Má-Fé .....</b>	<b>467</b>
1. Considerações Preliminares .....	467
2. Litigância de Má-Fé .....	468
Noção de má-fé .....	469
Má-fé no sistema processual .....	469
Outros casos de má-fé processual .....	469
3. Condenação em Honorários .....	470

4. O Décuplo das Custas .....	472
5. A Responsabilidade por Dano Processual .....	474
6. Os Sujeitos Ativos da Responsabilidade .....	474
<b>Capítulo XXXIV – Ônus da Sucumbência .....</b>	<b>477</b>
1. Incidência do Dispositivo .....	477
2. Adiantamento de Despesas .....	478
Sistema de antecipação .....	478
O sentido de "despesas" .....	479
3. Ônus da Sucumbência .....	480
4. Sucumbência das Associações .....	481
5. Sucumbência das Pessoas Administrativas .....	482
6. O Ministério Público como Parte Vencida .....	482
7. Sucumbência do Réu .....	485
<b>Capítulo XXXV – Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil ....</b>	<b>487</b>
1. Lei Geral e Lei Especial .....	487
2. Normas de Incidência .....	488
3. Normas de Não-Incidência .....	489
<b>Capítulo XXXVI – Regulamentação do Fundo .....</b>	<b>491</b>
1. Introdução .....	491
2. As Primeiras Regulamentações .....	491
3. A Alteração da Hierarquia Normativa Regulamentadora do Fundo ..	492
4. A Disciplina Legal .....	493
5. Regras Ainda Eficazes do Regulamento .....	495
<b>Capítulo XXXVII – Aplicação Supletiva do Código de Defesa do</b>	
Consumidor .....	497
1. Observação Inicial .....	497
2. Princípio da Adequação .....	497
3. As Disposições Gerais .....	498
4. As Ações Coletivas .....	499
5. Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços ..	499
6. A Coisa Julgada .....	501
<b>Capítulo XXXVIII – Vigência da Lei e Revogação de Disposições Con-</b>	
trárias .....	505
<b>Bibliografia .....</b>	<b>507</b>
<b>Legislação .....</b>	<b>511</b>
Constituição Federal .....	511
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 .....	515

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 .....	519
Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989 .....	521
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 .....	522
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 .....	528
Lei nº 8.437, de 30 de julho de 1992 .....	535
Lei nº 8.884, de 11 de julho de 1994 .....	536
Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 .....	547
Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995 .....	555
Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994 .....	557
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995 .....	560
<b>Índice Remissivo</b> .....	<b>563</b>